



PT BUSCA FORÇA NAS RUAS

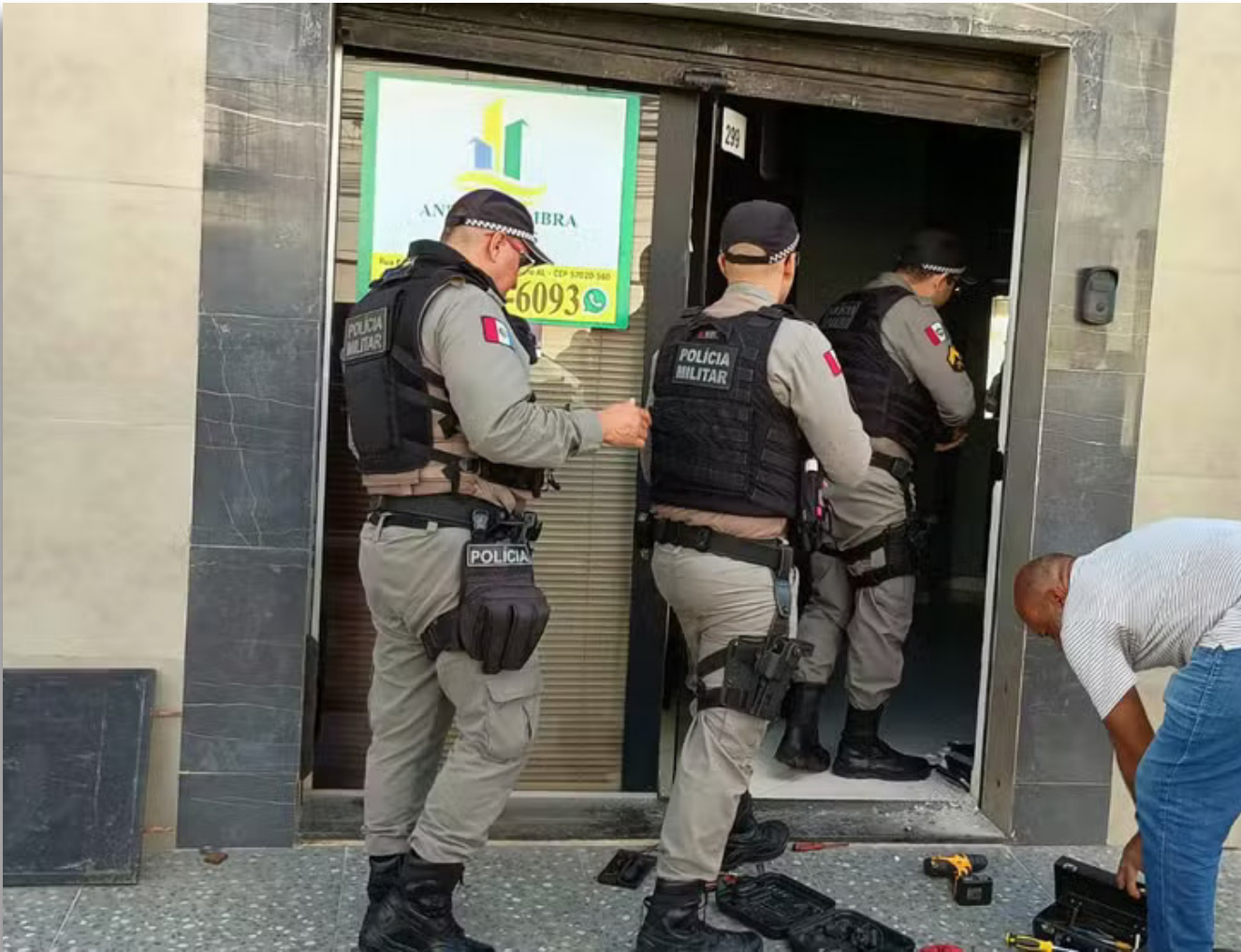
Medeiros convoca mobilização em Alagoas contra “tarifaço” e em defesa da soberania



MANOBRA COM VERBA PÚBLICA

Parecer aponta falhas graves e risco de prejuízo aos cofres públicos

MP-AL pede suspensão de contrato de R\$ 3,4 mi para kits escolares em Pilar por suspeita de fraude



Operação LUX cumpre 14 mandados de busca e apreensão em Alagoas no combate a fraudes fiscais e lavagem de bens — Foto: MP-AL

A análise dos elementos trazidos nos autos permite constatar que há indícios relevantes de descumprimento das exigências editalícias, tanto na fase de habilitação quanto na execução contratual, o que compromete a legalidade e moralidade do certame licitatório.

A impetrante elenca, de forma fundamentada e documentada, um conjunto de irregularidades, entre as quais destacam-se:

- Inobservância do princípio da vinculação ao edital, com ausência de documentos essenciais exigidos para habilitação;
- Inconsistências contábeis nos balanços apresentados pela empresa vencedora;
- Ausência/irregularidades nos laudos técnicos apresentados e amostras exigidas, impedindo o controle de qualidade dos itens ofertados;
- Não apresentação de certidão de falência e documentos de qualificação técnica;
- Substituição indevida do contrato por adesão à ata de registro de preços, em desconformidade com os princípios que regem a Administração Pública.

Além disso, durante a execução contratual, foram constatadas entregas de produtos em desacordo com as especificações previstas no edital, tanto no aspecto quantitativo quanto qualitativo, reforçando a gravidade das irregularidades notificadas.

Tais fatos, caracterizam violação aos princípios constitucionais da legalidade, isonomia, impessoalidade e moralidade administrativa (art. 37, caput, da Constituição Federal), além de comprometerem a eficiência e a economicidade da contratação pública.

Cabe destacar que, mesmo diante das reiteradas manifestações administrativas da impetrante, o Município optou por manter a habilitação e contratação da empresa vencedora, sem oferecer fundamentos técnicos ou jurídicos suficientemente robustos para afastar as irregularidades apontadas.

Diante do exposto, considerando a verossimilhança das alegações, confirmadas por documentos idôneos, o risco de lesão ao erário público e ao interesse coletivo, diante da execução contratual possivelmente irregular e a a necessidade de resguardar os princípios que regem a Administração Pública, especialmente em se tratando de recursos destinados à educação.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
Promotoria de Justiça da Comarca de Pilar

Diante de todo o exposto, o Ministério Público opina pela CONCESSÃO DA SEGURANÇA, para determinar a imediata suspensão da contratação e da execução contratual da empresa CLEBSON F EMPREENDIMENTOS LTDA, inclusive quanto a eventuais pagamentos e adesões à ata de registro de preços.

Pilar/AL, 24 de julho de 2025

SILVIO AZEVEDO SAMPAIO
Promotor de Justiça

APELO

Presidente do Solidariedade defende anistia para vereadores cassados por cota de gênero



TABULEIRO POLÍTICO

Apoio ao prefeito ganhou corpo nos corredores de Brasília durante sabatina da ministra

Aprovada no STJ, Marluce Caldas aquece especulação sobre JHC ao Senado

ACEITA QUE DÓI MENOS

Defesa do condomínio alega omissão e erro material na decisão que considerou abandono da ação

Após denúncia do A Notícia, Maceió Atlantic Suites recorre para tentar reverter extinção de processo milionário

EDITORIAL

PALAVRA DO EDITOR

Soberania não se terceiriza: o Brasil precisa reagir

Quando um país abre mão de defender sua própria economia, está abrindo mão também do direito de decidir seu futuro. É por isso que a convocação feita pelo presidente eleito do PT em Alagoas, deputado estadual Ronaldo Medeiros, para o Ato Nacional do 7 de Setembro, vai muito além de um calendário de militância: trata-se de um chamado à consciência nacional.

O Brasil vive um momento em que decisões tomadas a milhares de quilômetros de distância — como o “tarifaço” imposto pelo governo norte-americano — têm efeito direto sobre a produção, os empregos e a dignidade de milhões de brasileiros. E, se não reagirmos, corremos o risco de assistir à destruição silenciosa de setores inteiros da nossa economia.

Mobilizar movimentos sociais, sindicatos e entidades estudantis para dizer basta não é exagero. É necessidade. A soberania não é bandeira de um partido ou de um governo — é patrimônio de todos, da agricultura familiar às grandes indústrias, do trabalhador rural ao operário urbano.

O ato convocado para 7 de Setembro é, portanto, mais que um protesto: é um gesto de afirmação de que o Brasil não pode ser refém de interesses estrangeiros, nem submisso a acordos que nos colocam em posição de fragilidade. A história mostra que nações que abrem mão de sua autonomia econômica acabam abrindo mão de sua independência política.

Ronaldo Medeiros está certo ao exigir que lideranças de todos os campos políticos assumam postura clara. O momento exige ação coordenada, não discursos vazios. A hora de defender o Brasil é agora. Porque soberania, como ele disse, não se negocia.



COLUNISTAS

VONEY MALTA

Sabatina de Marluce Caldas: Políticos discutem JHC governador e Renan Filho vice-presidente

Esse foi o tom dado a aprovação do nome, pelo Senado, da procuradora do MP de Alagoas, Marluce Caldas, para o STJ, nesta quarta-feira (13), em Brasília. Correntes políticas antagônicas até pouco tempo estavam unidas.

Especialmente fora do plenário, por trás das câmeras, nos corredores e gabinetes, “tudo junto e misturado” conversando bastante.

Os senadores Renan Calheiros e Renan Filho, ambos do MDB, João Caldas, presidente do DC, e seu filho, JHC (PL), prefeito de Maceió, e o deputado federal Arthur Lira (PP-AL), entre outros, estavam presentes.

Por la também circulava o prefeito de Recife, João Campos, e presidente do PSB, partido para o qual, especula-se, JHC pode retornar.

Concluída a parte formal, depois houve uma festa sem a presença dos Renans. Samyr Malta, Chico Filho, Kelmann Vieira, Allan Pierre e David Empregos, vereadores por Maceió, marcaram presença.

E na comemoração as conversas políticas cresceram. Teve gente que saiu com a certeza de que JHC será candidato a governador.

A surpresa, digamos assim, mas já publicada neste espaço (leia aqui), é o crescimento em Brasília do nome de Renan Filho como vice de Lula, ideia inicialmente defendida por parte do MDB.



EXPEDIENTE

Wellington Sena
Diretor
artsenna10@gmail.com

Fernando Oliveira
Editor Geral
fernandoliveira1985@hotmail.com

Adriano Ramos
Departamento Jurídico
adrianoramos34@hotmail.com

O jornal A Notícia Alagoas é uma publicação diária - Endereço para correspondência: Av Comendador Gustavo Paiva, N 2789 - Sala 25 - CNPJ: 14.743.012/0001-10 Fone: (82) 99907-9975

WWW.ANOTICIAALAGOAS.COM.BR

Os artigos assinados são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião deste jornal.

MANOBRA COM VERBA PÚBLICA

Parecer aponta falhas graves e risco de prejuízo aos cofres públicos

MP-AL pede suspensão de contrato de R\$ 3,4 mi para kits escolares em Pilar por suspeita de fraude

O Ministério Público de Alagoas (MP-AL) apresentou parecer contundente contra a Prefeitura de Pilar, pedindo a suspensão imediata de um contrato de R\$ 3,4 milhões firmado para fornecimento de kits escolares. O órgão afirma ter identificado indícios robustos de ilegalidade e direcionamento na licitação, alertando para um possível golpe contra o erário antes mesmo da entrega dos materiais.

Segundo o documento, a administração municipal desconsiderou normas básicas de transparência, omitiu detalhes essenciais sobre a especificação

dos itens e impôs prazos incompatíveis com a competitividade do processo. Para o MP-AL, tais manobras afastaram concorrentes e favoreceram a empresa vencedora, num cenário que classificou como “ameaça concreta ao interesse público”.

O caso teve início com a ação judicial movida por uma das empresas desclassificadas, que acusa a gestão de manipular o certame para impedir disputa justa. No parecer, o MP-AL afirma que as provas apresentadas são consistentes, apontando “vícios insanáveis” e o risco de execução de um contrato milionário sem qualquer garantia de que o material corresponda ao preço pago.

A promotoria também criticou o fato de a prefeitura manter o processo em andamento mesmo diante das impugnações e da recomendação de suspensão. Para o MP-AL, tal postura revela resistência em corrigir irregularidades e um descaso com a responsabilidade fiscal, colocando em xeque a lisura da gestão municipal.

Veja os pontos levantados pelo MP - AL no parecer

A análise dos elementos trazidos nos autos permite constatar que há indícios relevantes de descumprimento das exigências editalícias, tanto na fase de habilitação quanto na execução contratual, o que compromete a legalidade e moralidade do certame licitatório.

A impetrante elenca, de forma fundamentada e documentada, um conjunto de irregularidades, entre as quais destacam-se:

- Inobservância do princípio da vinculação ao edital, com ausência de documentos essenciais exigidos para habilitação;
- Inconsistências contábeis nos balanços apresentados pela empresa vencedora;
- Ausência/irregularidades nos laudos técnicos apresentados e amostras exigidas, impedindo o controle de qualidade dos itens ofertados;
- Não apresentação de certidão de falência e documentos de qualificação técnica;
- Substituição indevida do contrato por adesão à ata de registro de preços, em desconformidade com os princípios que regem a Administração Pública.

Além disso, durante a execução contratual, foram constatadas entregas de produtos em desacordo com as especificações previstas no edital, tanto no aspecto quantitativo quanto qualitativo, reforçando a gravidade das irregularidades notificadas.

Tais fatos, caracterizam violação aos princípios constitucionais da legalidade, isonomia, impessoalidade e moralidade administrativa (art. 37, caput, da Constituição Federal), além de comprometerem a eficiência e a economicidade da contratação pública.

Cabe destacar que, mesmo diante das reiteradas manifestações administrativas da impetrante, o Município optou por manter a habilitação e contratação da empresa vencedora, sem oferecer fundamentos técnicos ou jurídicos suficientemente robustos para afastar as irregularidades apontadas.

Diante do exposto, considerando a verossimilhança das alegações, confirmadas por documentos idôneos, o risco de lesão ao erário público e ao interesse coletivo, diante da execução contratual possivelmente irregular e a a necessidade de resguardar os princípios que regem a Administração Pública, especialmente em se tratando de recursos destinados à educação.



Operação LUX cumpre 14 mandados de busca e apreensão em Alagoas no combate a fraudes fiscais e lavagem de bens — Foto: MP-AL

TABULEIRO POLÍTICO

Apoio ao prefeito ganhou corpo nos corredores de Brasília durante sabatina da ministra

Aprovada no STJ, Marluce Caldas aquece especulação sobre JHC ao Senado

A aprovação da procuradora Marluce Caldas para o STJ coincidiu com a circulação, nos bastidores de Brasília, da tese de que o prefeito JHC pode disputar o Senado em 2026. A possibilidade rompe com a ideia de um “acordão” para deixá-lo fora da corrida, apoiando Renan Calheiros e Arthur Lira.

Aliados do prefeito defenderam abertamente sua candidatura, alegando que ele não deveria



“ficar de fora de uma eleição estratégica”. O movimento, segundo interlocutores, não desagradaria a Renan, que não veria conflito de eleitorado com JHC.

Uma chapa com ambos poderia neutralizar o avanço de Arthur Lira, que perderia apoio na região metropolitana, enfraquecendo sua viabilidade para o Senado.

O cenário mantém o tabuleiro político alagoano em permanente rearranjo, com 2026 se desenhando como um pleito de alianças improváveis e disputas diretas pelo protagonismo.

ACEITA QUE DÓI MENOS

Defesa do condomínio alega omissão e erro material na decisão que considerou abandono da ação

Após denúncia do A Notícia, Maceió Atlantic Suites recorre para tentar reverter extinção de processo milionário

O Condomínio do Edifício Maceió Double Reverse Flat (Maceió Atlantic Suites) entrou com Embargos de Declaração para tentar reverter a extinção de um processo de execução movido contra o morador Edson Jose Bezerra. A ação, registrada sob o número 0707609-22.2024.8.02.0001 na 3ª Vara Cível da Capital de Maceió, tinha como objetivo cobrar R\$ 217.983,60, valor que poderia ser acrescido de honorários advocatícios.

A sentença, assinada digitalmente em 5 de agosto pelo juiz Henrique Gomes de Barros Teixeira, determinou o arquivamento do processo por abandono da causa, após a constatação de que o condomínio não promoveu atos processuais essenciais. O mandado de citação, penhora e avaliação havia sido emitido em 3 de janeiro, dando ao devedor prazo de três dias para pagamento ou, caso não o fizesse, a possibilidade de ter seus bens penhorados, com direito a apresentar



embargos ou solicitar parcelamento.

A defesa do condomínio, conduzida pelos advogados da Albuquerque, Callado, Paes & Porto, argumenta que a decisão foi omissa e incorreta, pois o condomínio não foi intimado pessoalmente para se manifestar, conforme exige o art. 485, §1º, do Código de Processo Civil (CPC). Além disso, sustentam que a extinção por abandono só seria cabível se o autor deixasse de praticar atos processuais por mais de 30 dias, enquanto entre a última diligência, em 22 de julho, e a sentença, transcorreram apenas 14 dias.

O recurso, protocolado em 14 de agosto, após denúncia do A Notícia, aponta ainda que o prazo para interposição do recurso é tempestivo, e

cita jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e do Tribunal de Justiça de Alagoas (TJ-AL) sobre a necessidade de intimação pessoal da parte antes da extinção por abandono. A petição solicita a anulação da sentença e o regular prosseguimento do processo.

O episódio expõe um paradoxo: enquanto o condomínio busca cobrar valores milionários de seus moradores, falhas na condução processual resultaram no encerramento automático do processo sem qualquer resultado. Especialistas em direito condominial alertam que a extinção por abandono evidencia negligência administrativa e reforça críticas à gestão do Maceió Atlantic Suites, que já enfrenta denúncias de desorganização e irregularidades.

JUSTIÇA

Grupo afirma ter apresentado provas em vídeo contra candidatos das chapas 1 e 3 e reforça que denúncia não é anônima

Chapa 2 entrega denúncias ao Ministério Público e pede investigação de crimes graves



A Chapa 2, que concorre à reitoria da Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas (Uncisal), protocolou no Ministério Público denúncias que, segundo o grupo, envolvem crimes graves cometidos pelo candidato Magella, da Chapa 1, e pela candidata Ilka, da Chapa 3.

De acordo com a professora Polly Almeida, candidata a reitora, o material entregue inclui provas em vídeo e aponta episódios considerados humilhantes.

“São crimes gravíssimos que nos fizeram chegar até esse momento porque estamos ao lado da lei. Uma pessoa de bem jamais deixaria isso acontecer. Estamos aqui para proteger a dignidade, a transparência e a legalidade desse processo eleitoral”, declarou Polly.

A candidata também afirmou ser vítima, junto com seu vice, de calúnias durante a campanha. Ela destacou que a denúncia apresentada não é anônima e foi feita “de cara limpa” para que a investigação possa identificar e responsabilizar os envolvidos.

RASTRO DE FAMÍLIA

Entidade é comandada por parentes de ex-parlamentar e recebeu verba por emenda de suplente

MP manda associação ligada a ex-vereador devolver R\$ 1,3 mi a Maceió

O Ministério Público de Alagoas recomendou que a Associação Educacional e Assistencial Ulisses Bandeira devolva R\$ 1,3 milhão aos cofres municipais. O valor foi repassado por meio de convênio com a Secretaria de Saúde de Maceió, viabilizado por emenda do então suplente Rodolfo Barros.

Segundo o MP, a entidade é dirigida por familiares do ex-vereador Cléber Costa, o que fere a legislação que veda

parcerias entre o poder público e organizações comandadas por parentes de agentes políticos até o segundo grau.

O repasse ocorreu enquanto Cléber estava licenciado para chefiar a Secretaria de Cultura e Economia Criativa. Para o promotor Marcus Rômulo Maia de Mello, a situação indica favorecimento e quebra do princípio da impessoalidade.

A associação declarou não ter impedimentos, mas a investigação comprovou o vínculo familiar. Ela tem dez dias para informar sobre a devolução do valor, sob pena de ações judiciais.



SHOWS

Decisão assegura liberdade de imprensa e impede exclusividade da cobertura pela TV da Prefeitura

Justiça garante direito de TV local transmitir Festival de Inverno de Palmeira dos Índios

A Justiça de Alagoas concedeu, nesta quarta-feira (13), liminar parcial que garante à TV Estadão Alagoas o direito de realizar a transmissão ao vivo do Festival de Inverno de Palmeira dos Índios (FIPI), impedindo que a Prefeitura mantenha exclusividade da cobertura para o canal oficial da gestão.

A decisão, assinada pelo juiz Christiano Silva Sibaldo de Assunção, da 3ª Vara Cível de Palmeira dos Índios, determina que o município disponibilize espaço público adequado, energia elétrica e acesso à estrutura principal do evento, em condições iguais às oferecidas à TV da Prefeitura, para permitir o trabalho da emissora. O magistrado também proibiu que o poder público crie



obstáculos à transmissão ao vivo.

O pedido foi feito pela TV Estadão Alagoas, por meio do advogado Saulo Brito,

que há mais de uma década atua na cobertura jornalística da região e transmite o FIPI desde 2022, sem fins lucrativos e com apoio de

parceiros locais. Neste ano, a Prefeitura havia informado que apenas a TV oficial poderia transmitir ao vivo, permitindo aos demais veículos apenas gravações para divulgação posterior — medida que, segundo a emissora, configurava censura e tratamento desigual.

O juiz ressaltou que o evento é público, financiado com recursos municipais, e que restrições desproporcionais à atuação da imprensa violam os princípios constitucionais da liberdade de expressão, da isonomia e da transparência. Apesar de autorizar a cobertura, a decisão negou o pedido de acesso à mesa de som e aos bastidores, por considerar essas áreas de uso restrito para garantir a segurança, a privacidade dos artistas e a organização técnica. A Prefeitura e a prefeita Luísa Júlia Duarte foram notificadas para cumprir imediatamente a decisão e prestar informações no prazo legal.

ASSASSINATO NO FRANCÊS

Júri em Maceió reconheceu participação de Janadaris no crime

Janadaris Sfredo é condenada a 28 anos por autoria intelectual da morte de advogado

Depois de mais de uma década de tramitação, o Tribunal do Júri condenou, nesta quinta-feira (14), Janadaris Sfredo a 28 anos de prisão, em regime inicial fechado, pela autoria intelectual da morte do advogado Marcos André de Deus Félix. O crime ocorreu em uma emboscada na Praia do Francês, em Marechal Deodoro, há 11 anos e cinco meses.

O julgamento, realizado no Fórum Jairo Maia Fernandes, em Maceió, foi presidido pelo juiz Geraldo Amorim, da 9ª Vara Criminal, e durou cerca de 19 horas. Ao todo, nove testemunhas foram ouvidas. O processo foi desaforado para a capital devido à repercussão do

caso.

A acusação esteve a cargo do promotor de Justiça Coaracy Fonseca, com assistência dos advogados Roberto Moura, Júlia Figueiredo e André Argolo. A defesa apresentou testemunhas, mas algumas declarações foram consideradas contraditórias, e um

depoimento foi desqualificado pelo tribunal.

Durante o julgamento, o advogado Antônio Carlos, colega de trabalho da vítima em uma usina, afirmou que Marcos André, enquanto internado no Hospital Geral do Estado, teria escrito em uma prancheta que responsabilizava Janadaris pelo crime

e mencionava um valor de R\$ 50 mil, que, segundo a acusação, seria o pagamento pela execução.

Familiares da vítima acompanharam o julgamento vestindo camisas com pedidos de justiça. A irmã, Manuel de Deus Félix, afirmou que a condenação não traz de volta o irmão, mas ameniza parte da dor sentida pela família ao longo dos anos.

Ao final da sessão, os advogados assistentes de acusação divulgaram nota em que classificaram o veredito como um marco no combate aos crimes de mando em Alagoas e defenderam que a Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional Alagoas exclua Janadaris de seus quadros, citando inidoneidade moral e prática de crime infamante.

A condenação ainda é passível de recurso.



APELO

Adeilson Bezerra afirma que aplicação da lei tem gerado instabilidade política e prejuízos à democracia

Presidente do Solidariedade defende anistia para vereadores cassados por cota de gênero

O advogado Adeilson Bezerra, presidente do Solidariedade em Alagoas, lançou uma campanha pública em favor da anistia de vereadores que

perderam o mandato em razão da aplicação da lei que estabelece a cota de gênero nas eleições. Segundo Adeilson, “a cassação de mandatos por alegada fraude à cota de gênero é uma violência contra a soberania popular

e um golpe à democracia”. Ele destaca que, desde 2022, cerca de 40 processos relacionados ao tema tramitam na Justiça Eleitoral em Alagoas, representando mais de 40% das ações. O dirigente partidário ressalta que a

situação não é exclusiva do estado: “Essa realidade se repete por todas as unidades federativas e atinge todas as agremiações políticas”. Para Adeilson, “o que vem acontecendo na prática é que esse mecanismo criado para ampliar a participação feminina se transformou em instrumento de caça política, afastando representantes legitimamente eleitos”. Ele alerta para as consequências da atual aplicação da lei: “Anulações de chapas inteiras, cassações em massa, instabilidade nos legislativos, inelegibilidade dos dirigentes partidários e, o mais nefasto, o enfraquecimento da confiança do eleitor”. Adeilson defende alterações na legislação: “É necessário garantir a anistia aos partidos e dirigentes, devolvendo o mandato aos milhares de políticos cassados. Mas não só isso: é fundamental oferecer formação política efetiva para as mulheres e uma melhor divisão dos recursos para candidaturas”.



PT BUSCA FORÇA NAS RUAS

Parlamentar quer ato amplo no 7 de Setembro para pressionar governo e adversários Medeiros convoca mobilização em Alagoas contra “tarifaço” e em defesa da soberania

O presidente eleito do PT em Alagoas, deputado estadual Ronaldo Medeiros, convocou movimentos sociais, sindicatos e entidades estudantis para organizar o Ato Nacional do 7 de Setembro. A pauta central será a defesa da soberania e a resistência a medidas que, segundo ele, ameaçam a economia e os empregos no Brasil. A reunião está marcada para segunda-feira, 18 de agosto, às 17h30, no auditório térreo da Assembleia Legislativa de Alagoas. Medeiros afirma esperar grande participação, transformando o evento em um ato representativo da mobilização popular no estado. O encontro acontece em meio ao impasse



comercial entre Brasil e Estados Unidos, após o chamado “tarifaço do Trump”, que elevou tarifas de importação e gerou preocupação no setor produtivo nacional. Para Medeiros, a mobilização é resposta necessária a políticas externas prejudiciais. “Não podemos assistir passivamente enquanto decisões estrangeiras minam nossa produção e comprometem o emprego do brasileiro. É hora de agir”, afirmou. O deputado defende que lideranças políticas de diferentes partidos assumam postura clara sobre o tema. “Soberania não se negocia. Precisamos de ações, não apenas discursos”, reforçou. Segundo ele, o ato será uma demonstração de força e união da sociedade civil em torno de uma causa que considera essencial para o futuro do país.

CADEIRA EM DISPUTA

Presidente da Câmara nega ter autorizado negociação para pautar projeto de anistia

Com mandato sob pressão, Hugo Motta rebate acordo atribuído a Arthur Lira

Após a crise provocada pela ocupação da mesa diretora da Câmara por parlamentares bolsonaristas, o presidente Hugo Motta endureceu o discurso contra o ex-presidente da Casa, Arthur Lira. Em entrevista à GloboNews, negou ter dado aval para que Lira negociasse em seu nome.

A acusação envolve suposto compromisso de pautar o projeto de anistia aos condenados do 8 de janeiro, em troca do fim da ocupação. Motta disse que não participou de qualquer entendimento e que a pauta seguirá sendo definida no colégio de líderes.

A declaração é uma tentativa de reforçar sua autoridade, após rumores de que deputados de diferentes espectros procuraram Lira em busca



de solução para a crise.

Segundo o líder do PL, Sóstenes Cavalcante, Lira teria prometido o acordo

em nome de Motta, o que o presidente nega categoricamente.

Nos bastidores, a disputa é vista como

mais um capítulo da luta pelo comando político e pela narrativa dentro da Câmara.

SENADO

Audiência discutirá eficiência e possível redução gradual dos incentivos concedidos pela União

Calheiros convoca Simone Tebet para debater na CAE subsídios de R\$ 650 bilhões

A ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, participará na próxima terça-feira (19) de audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado para discutir os subsídios e incentivos concedidos pela União. O encontro foi convocado pelo presidente da comissão, senador Renan Calheiros (MDB-AL), autor do Requerimento 52/2025.

Renan afirmou que, em 2023, os subsídios federais atingiram R\$ 650 bilhões, o equivalente a 6% do Produto Interno Bruto (PIB). Em 2003, esses incentivos representavam 3% do PIB. “Diante da deterioração do quadro fiscal brasileiro, alternativas

para a estabilização fiscal se apresentam como urgentes, exceto as que impliquem elevação de tributos e, consequentemente, prejuízos ao setor produtivo nacional e ao cidadão. Uma das alternativas, portanto, a ser examinada e amplamente discutida, é justamente a redução gradual dos subsídios, conforme

determinação constitucional”, justificou.

O debate deve analisar a eficiência dos incentivos e discutir um plano de redução gradual dos benefícios tributários (renúncia de receitas, que somou R\$ 519 bilhões em 2023), creditícios (crédito mais barato, R\$ 83 bilhões) e financeiros (subvenções ou perdão

de dívidas, R\$ 44 bilhões).

Ex-senadora, Simone Tebet tem mantido presença constante no Congresso e recentemente esteve na Comissão Mista de Orçamento (CMO) e na Comissão de Desenvolvimento Regional (CDR) para tratar de temas econômicos e fiscais.



PLANO DIRETOR

Marcelo Palmeira e Leonardo Dias participaram do evento e abordaram sobre a importância do Plano Diretor

Vereadores destacam potencial construtivo de imóveis em Maceió durante abertura do Salão Ademi-AL

Os vereadores Marcelo Palmeira e Leonardo Dias participaram nesta quarta-feira (13), da abertura da 10ª edição do Salão do Imóvel da Ademi-AL, um evento considerado importante para a

economia de Maceió, que já está consolidado no calendário empresarial alagoano.

Para Marcelo Palmeira, que preside a Comissão de Assuntos Urbanos da Câmara Municipal, os alagoanos terão a oportunidade de comprar seus imóveis durante o Salão da Ademi com muito conforto e atenção dos corretores e empresas à disposição durante os dias 13 a 17 de agosto, no Centro de Convenções de Maceió.

O parlamentar também destacou a relevância do Legislativo, que em breve deve analisar o Plano Diretor, instrumento que será enviado pela Prefeitura de Maceió para orientar o desenvolvimento da cidade, fixando as regras e definindo as estratégias de planejamento para alcançar o efetivo desenvolvimento sustentável do território.

“É um importante momento para Maceió, pois o cidadão tem toda essa estrutura para poder adquirir o seu imóvel. Em contato com o setor aqui, muito foi falado sobre o Plano Diretor. Tenham a certeza que é uma grande responsabilidade que a Câmara de Maceió terá em realizar a revisão do plano, que está sendo trabalhado pela prefeitura, e certamente vai contribuir com o setor da engenharia civil, que tanto emprega em nossa cidade”, discursou Marcelo Palmeira, levando o abraço de todos os vereadores.

Já o vereador Leonardo Dias também reforçou que a Câmara vai analisar o Plano Diretor com uma visão progressista e de desenvolvimento.

“Um Plano Diretor não pode atrapalhar a evolução de nossa cidade. Vocês podem

ter certeza que na Câmara Municipal teremos vereadores compromissados com visão de progresso, de desenvolvimento, de geração de emprego e renda. Temos as preocupações ambientais e com a mobilidade, e a cidade não pode parar. Essa será a nossa responsabilidade. Não desistam de investir em nossa capital”, destacou o parlamentar.

Com um histórico de sucesso, segundo o presidente da Ademi-AL, Osman Ramires, o Salão do Imóvel atrai atenção pelo seu impacto econômico. Em 2024, o evento gerou mais de R\$ 100 milhões em volume de negócios e recebeu mais de 5 mil visitantes. Para esta edição, a expectativa é ainda maior. Serão 26 empreendimentos e mais de 1.500 unidades à disposição dos visitantes no Salão, com condições especiais e localização privilegiada na capital Maceió e no litoral alagoano.



ECONOMIA

Investimentos estratégicos no Nordeste terão até R\$ 10 bilhões para projetos de inovação, energia e sustentabilidade

FIEA sediará apresentação de chamada pública para investimentos estratégicos no Nordeste

FIEA sediará apresentação de chamada pública para investimentos estratégicos no Nordeste

Evento reunirá instituições

nacionais de fomento para detalhar oportunidades de financiamento de até R\$ 10 bilhões em projetos de inovação, energia e sustentabilidade

A Casa da Indústria Napoleão Barbosa, em Maceió, será sede, na próxima quinta-feira (21/08), da apresentação oficial da Chamada Pública para Seleção de Planos de

Negócio para a Realização de Investimentos Estratégicos na Região Nordeste, vinculada às missões da Nova Indústria Brasil (NIB).

O encontro reunirá representantes do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), Banco do Brasil (BB), Banco do Nordeste (BNB), Caixa Econômica Federal (CEF) e Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). A iniciativa tem a parceria do Consórcio Nordeste, da Secretaria de Estado do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Sedics), da Federação das Indústrias do Estado de Alagoas (FIEA) e da Associação Nordeste Forte.

O objetivo é oferecer um pacote de apoio financeiro para investimentos a serem implantados na Região Nordeste, no âmbito da Nova Indústria Brasil, por meio de projetos nas linhas temáticas de Energias Renováveis (com foco em armazenamento); Bioeconomia (voltada para fármacos) e Descarbonização (com foco em hidrogênio verde). Cada proposta deverá ter orçamento

superior a R\$ 10 milhões, com possibilidade de apoio via crédito, participação acionária ou recursos não reembolsáveis.

O prazo para submissão dos planos de negócio vai até 15 de setembro e o resultado está previsto para 28 de novembro próximo. A partir de janeiro de 2026, os projetos selecionados poderão iniciar a captação e execução dos investimentos.

Durante a apresentação, empresários, técnicos e representantes de instituições de fomento poderão esclarecer dúvidas sobre critérios de elegibilidade, etapas de avaliação e formas de acesso aos instrumentos de apoio.

Estão programadas exposições de representantes das instituições envolvidas, entre eles, Romero Paes, pelo BNDES; Rafaelly Fortunato e Douglas Freitas Costa, pela Finep; Sidnei Reis, pelo BNB; e Igor Ferraz, pela CEF. Eles detalharão as condições de participação, linhas de financiamento e perspectivas de impacto econômico e social dos investimentos.



TRABALHO

Na passagem do primeiro para o segundo trimestre, a desocupação no estado ficou em 7,5%

Alagoas volta a registrar a menor taxa de desemprego da história, diz IBGE

A taxa de desemprego em Alagoas caiu para 7,5% no segundo trimestre de 2025, registrando o menor índice desde o início da série histórica do IBGE, em 2012. O recuo foi de 1,5 ponto percentual em relação ao trimestre anterior, consolidando uma trajetória de queda que já havia marcado 2024, quando o índice terminou o ano em 7,6%. Em contraste, em 2012 a taxa era de 11,4% e chegou ao pico de 19,4% durante a pandemia de Covid-19.

No início da gestão do governador Paulo Dantas, em 2022, o desemprego estava em 12%, o que representa uma redução de 4,5 pontos percentuais até agora. Para a secretária de Estado do Trabalho, Cláudia Balbino, o resultado demonstra que o estado vem avançando na

geração de empregos e renda, impulsionado por programas como o Emprega Mais Alagoas, que já capacitou mais de dois mil trabalhadores.

O bom desempenho de Alagoas contribuiu para que o Brasil também alcançasse um recorde histórico: a taxa nacional de desemprego ficou em 5,8% no segundo trimestre, a menor já registrada pelo IBGE. No trimestre anterior, o índice nacional estava em 7%, e no mesmo período de 2024 era de 6,9%.

Em relação à ocupação, 1,2 milhão de pessoas estavam inseridas no mercado de trabalho alagoano no segundo trimestre deste ano, aumento de 0,9% em relação ao mesmo período de 2024 e de 2,6% frente ao primeiro trimestre de 2025. O IBGE considera na força de trabalho todos com 14 anos ou mais, ocupados na produção de bens ou serviços.

O levantamento apontou ainda que Alagoas ocupa o segundo lugar no Nordeste no percentual de trabalhadores com carteira assinada, com 63,1%, atrás apenas do Rio Grande do Norte (71%). O Maranhão está na última colocação da região e do país, com 53,1%.

No segundo trimestre de

2025, o rendimento médio real dos trabalhadores em Alagoas foi de R\$ 2.530, alta de 13,4% frente ao mesmo período de 2024. Já a massa de rendimento real atingiu R\$ 3,03 bilhões, um crescimento de 14,5% em relação aos R\$ 2,6 bilhões registrados no segundo trimestre do ano passado.



FATOS Em FOCO

COM WILLAMES DE MELO

TEMA IMPORTANTE

“Ressocializar é possível: ninguém nasce criminoso”, do bacharel em Direito, escritor e jornalista Antônio Marcos Rios dos Santos, é uma obra exclusiva que propõe uma reflexão profunda sobre a criminologia e a ressocialização no sistema prisional brasileiro. O livro aborda temas relevantes que interligam direito, política e



ciências sociais, sendo essencial para quem deseja compreender as dinâmicas do crime e as possibilidades de reintegração social na sociedade.

AVANÇO PELA TECNOLOGIA

O Governo de Alagoas e o King's College avançam em um convênio inédito voltado à proteção digital e à segurança pública. Um encontro realizado em Londres deu início às tratativas para a assinatura de um protocolo de intenções com foco em pesquisas e intercâmbio.

DINHEIRO DISPONÍVEL

Cerca de 3,6 milhões de trabalhadores com carteira assinada, nascidos em novembro e dezembro e que ganham até dois salários mínimos, poderão sacar, a partir desta semana, o valor do abono salarial do Programa de Integração Social (PIS) e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep) referente a 2025 (ano-base 2023). A quantia está disponível no Portal Gov.br.

VAGAS ABERTAS

A Clínica Integração, referência no cuidado e desenvolvimento de crianças com autismo e outras necessidades, anuncia a abertura de novas vagas. O objetivo é fortalecer o atendimento especializado e ampliar o impacto positivo junto às famílias atendidas.

Com foco em qualidade, acolhimento e trabalho em equipe, a clínica está selecionando candidatos para diferentes funções e turnos.

SEGURANÇA

Reitor Josealdo Tonholo destaca importância de parceria visando à realização do maior evento literário e cultural do estado

Ufal e Governo de Alagoas lançam a 11ª edição da Bienal Internacional do Livro

O auditório do Hotel Jatiúca, em Maceió, sediou nesta sexta-feira (15) o lançamento da 11ª Bienal Internacional do Livro de Alagoas, reunindo escritores e personalidades que serão homenageadas na edição de 2025. Considerado o maior evento literário e cultural do estado, o encontro apresentou novidades e reforçou parcerias para incentivar a produção literária e ampliar o acesso ao conhecimento.

O coordenador-geral da Bienal e diretor da Edufal, Eraldo Ferraz, anunciou a implantação do “Vale-Livro” para professores e estudantes da rede pública estadual, como incentivo à leitura durante a programação. Ele destacou que o apoio do Governo de Alagoas foi essencial para que esta edição seja a maior já realizada, celebrando



a diversidade e a integração cultural.

O reitor da Ufal, Josealdo Tonholo, ressaltou os investimentos do governo estadual em educação, ciência, tecnologia e cultura, apontando a Bienal como ferramenta fundamental no combate à desinformação e na promoção da cidadania. O secretário executivo de Políticas Culturais, Milton Muniz, também enalteceu o tema “Brasil e África:

Ritos e Raízes”, reafirmando o compromisso com a valorização da ancestralidade.

O diretor-presidente da Fapeal, Fábio Guedes, projetou grande sucesso para o evento, que ocorrerá de 31 de outubro a 9 de novembro, no Centro Cultural e de Exposições Ruth Cardoso. A expectativa é atrair mais de 300 mil visitantes, reunir 140 estandes, promover mais de 100 lançamentos, realizar cerca de 300 atividades culturais e

movimentar aproximadamente R\$ 10 milhões em vendas.

O tema deste ano celebra a ligação cultural entre África e Brasil, abrangendo língua, literatura, música, dança e culinária. Além de destacar os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, a Bienal prestará homenagem a Mãe Neide Oyá d'Oxum, Mãe Mirian e Pai Célio, que serão patronesse, madrinha e padrinho do evento.

CNH DO TRABALHADOR

Procedimento feito pelo site do Detran Alagoas é obrigatório para confirmar a participação no programa social

Matrícula de selecionados iniciou na quarta-feira (13)



O sonho dos 3.505 selecionados para a CNH do Trabalhador de conquistar a primeira habilitação está cada vez mais perto. Agora, os beneficiados pela CNH Social do Governo de Alagoas devem realizar a matrícula no programa acessando o site do Detran Alagoas a partir desta quarta-feira (13) até o dia 31 de agosto. A matrícula é obrigatória para confirmar a participação no programa e dar início ao processo.

Nesta etapa, os selecionados irão preencher um formulário eletrônico informando o número de RG, CPF, endereço de residência, número telefônico, endereço de e-mail e confirmar a categoria pretendida, que foi escolhida durante a inscrição no programa: A (motocicleta) ou B (carro). Não é possível modificar a categoria que os candidatos registraram no ato da inscrição na CNH do Trabalhador, em julho.

Ao finalizar a matrícula, o candidato receberá uma Ordem de Serviço, que pode ser baixada diretamente do site e também será enviada pelo Detran ao WhatsApp do candidato. Na Ordem de Serviço consta o

nome da clínica e do Centro de Formação de Condutores (CFC) que os candidatos devem procurar, e a partir de que data ele deve se dirigir a esses serviços.

No período informado pela Ordem de Serviço, o candidato selecionado deverá comparecer à clínica indicada para a realização dos exames médico e psicológico. Posteriormente, o candidato deverá procurar o Centro de Formação de Condutores (CFC) indicado na Ordem de Serviço para dar início às aulas teóricas de direção, no período informado no documento.

Marco Fireman, diretor-presidente do Detran Alagoas, reforça que a matrícula

é obrigatória e eliminatória: o selecionado que não realizar essa confirmação perderá a vaga e será desclassificado. “O programa CNH do Trabalhador é um instrumento de transformação, inclusão social e de desenvolvimento econômico na vida de 3.505 famílias. Essa é mais uma ação do Governo de Alagoas para abrir portas para um futuro com mais possibilidades de emprego e mais dignidade para os alagoanos”, afirma.



A DUPLA MAIS QUENTE
PARA COMEÇAR SEU DIA BEM INFORMADO

ACESSE
www.anoticiaalagoas.com.br/

CRISE NOS BASTIDORES

José Barbosa afirma que contrato de renovação automática foi assinado sem sua autorização

Presidente do CSE denuncia falsificação de assinatura e acusa ex-diretor de escalar time

O CSE vive dias turbulentos após denúncias graves feitas pelo presidente José Barbosa. Em entrevista ao programa Gazeta Esportiva, o dirigente afirmou que sua assinatura foi falsificada em um contrato que prorrogou automaticamente o vínculo do então diretor e jogador Ibson Melo e do técnico Parreirinha.

Segundo Barbosa, ele tomou conhecimento do documento apenas quando a Federação Alagoana entrou em contato sobre um detalhe contratual. Ao receber cópia, foi ao clube e ouviu do supervisor que este

havia copiado a assinatura do presidente por orientação de Ibson.

O dirigente disse ter alertado imediatamente que o ato era irregular e acionado o departamento jurídico para impedir que a prática se repetisse. “Foi uma surpresa desagradável. Eu não estava no momento da assinatura e sequer autorizei”, afirmou.

O presidente revelou ainda que outras assinaturas teriam sido falsificadas em contratos diferentes. Para ele, a conduta de Ibson Melo ultrapassou as funções e comprometeu a gestão.

Barbosa também acusou o ex-diretor de influenciar diretamente na escalação do time, algo que, segundo o presidente, era de conhecimento dos jogadores. “O treinador seguia ordens dele. Em certo jogo, quando foi substituído, quase agrediu o técnico”, contou.

O dirigente rechaçou a versão de que não havia recursos para reforçar o elenco e declarou ter investido pessoalmente grandes valores no clube. Disse ainda que, se não receber retorno, poderá enfrentar dificuldades financeiras.



O caso foi encaminhado à Justiça, e Barbosa afirmou que Ibson não tem respaldo legal para voltar ao CSE. O clima nos bastidores segue

tenso e a expectativa é que novas informações surjam nas próximas semanas.

DECISÃO DO STJD

Clube foi punido por comportamento de parte da torcida contra Neymar

CRB é multado em R\$ 60 mil por cânticos homofóbicos em jogo na Copa do Brasil

O Superior Tribunal de Justiça Desportiva do Futebol aplicou multa de R\$ 60 mil ao CRB por cânticos homofóbicos registrados no jogo contra o Santos, pela terceira fase da Copa do Brasil. O julgamento ocorreu na Terceira Comissão Disciplinar e enquadrou o clube alagoano no artigo 243-G do Código Brasileiro de Justiça Desportiva.

Na mesma sessão,

o CRB foi absolvido da acusação de invasão de campo, enquanto o Santos recebeu multa de R\$ 3 mil por atraso na entrada para a partida. O duelo, disputado no Estádio Rei Pelé, terminou com classificação regatiana nos pênaltis.

A Procuradoria da Justiça Desportiva apresentou denúncia com base na súmula do árbitro e em ofício enviado pelo Coletivo de Torcidas Canarinhos LGBTQ+, que também apontou a exibição de cartaz com conteúdo homofóbico direcionado a atleta do Santos.

A decisão é de primeira instância e pode ser levada ao Pleno do STJD. O CRB ainda não se manifestou oficialmente sobre o caso.



Volta promissora

O CRB viveu um momento de reviravolta com o retorno de Dadá Belmonte ao gol de jogo, após quase dois anos afastado por problemas extracampo. O executivo Ari Barros revelou que, ao apresentar o atleta ao clube, teve uma conversa franca: o jogador agradeceu a chance e garantiu que viria com tudo para se recuperar. O treinador enfatizou que, apesar da ausência, Dadá já mostrava empenho nos treinos e só precisava de ritmo de jogo para retornar ao nível ideal — e provou isso com um gol decisivo na vitória sobre o Athletic.

Internet x campo

Arrascaeta voltou aos gramados após ausência por suspensão e, em coletiva, desconstruiu a percepção de “futebol de internet”. O meia ressaltou que o Flamengo só se sabota internamente, destacando que quem subestima o peso da camisa não entende a dimensão do clube. Para o uruguaio, o elenco mantém foco e ajuda mútua diante das cobranças. Ele frisou que o que se treina se reflete em campo — mas que, às vezes, o adversário também aparece motivado e bem preparado.

Retorno emotivo

Quinze dias após sua demissão, Higo Magalhães retornou ao comando do CSA e viveu um reencontro carregado de sentimento. Ao receber o convite, o treinador dividia um café com a família quando ouviu a notícia: sua esposa, emocionada, chegou a chorar. Para Higo, esse tipo de vínculo com sua missão no clube transcende a rotina e tende a trazer entrega total à função. Ele assume o Azulão novamente com a missão de fechar a primeira fase da Série C com resultados que sustentem a campanha.

Nada de Série E

Durante visita a Santa Catarina, o presidente da CBF, Samir Xaud, afastou o rumor sobre a criação da Série E do futebol brasileiro. Ele afirmou que não mencionou o tema ao discursar — e atribuiu o assunto à imprensa, não a sua gestão. Xaud ressaltou que o objetivo atual da entidade é valorizar ainda mais os campeonatos já existentes, como as Séries C e D, e anunciou que, em até dois meses, o novo calendário para 2026 será divulgado junto com medidas de fair play financeiro para maior equilíbrio entre os clubes.

LUTO NO ESPORTE PIAUIENSE

River-PI lamenta morte de atleta de 15 anos assassinado dentro de escola em Teresina

Jovem jogador foi alvejado a tiros após invasão ao Centro Educacional Profissional Residencial Esplanada; polícia investiga crime



O futebol do Piauí amanheceu mais triste nesta quinta-feira (14). O River Atlético Clube confirmou, em nota, a morte de Alex Mariano, atacante da categoria sub-16, de apenas 15 anos. O adolescente foi morto a tiros dentro da escola onde estudava, no bairro Esplanada, em Teresina, num episódio que abalou atletas, familiares e torcedores.

Segundo a Polícia Militar, o autor do crime pulou o muro do Centro Educacional Profissional Residencial Esplanada e perseguiu Alex até um beco no interior da instituição, onde disparou contra ele. O garoto não resistiu aos ferimentos e morreu no local. A motivação ainda é apurada. Em suas redes sociais, o River descreveu o jovem como alguém “cheio de sonhos, dedicação e espírito de equipe”, e prestou solidariedade à família. A diretoria destacou que a perda representa

“uma ferida irreparável” no futebol piauiense e pediu celeridade na investigação. O impacto também foi sentido no ambiente escolar. Professores e colegas lembraram do atleta pelo carisma e compromisso com o esporte. Na sede do clube, as bandeiras foram hasteadas a meio-mastro e um minuto de silêncio será respeitado antes das próximas partidas das categorias de base. A Polícia Civil já instaurou inquérito e ouviu testemunhas. Imagens de câmeras de segurança

da escola e arredores devem auxiliar na identificação do autor. A Secretaria de Educação informou que vai reforçar a vigilância e o controle de acesso nas unidades estaduais. O sepultamento está previsto para esta sexta-feira (15), em Teresina, com a presença de familiares, amigos e representantes do River-PI. A diretoria do clube assegurou apoio jurídico e psicológico à família e reafirmou que acompanhará de perto o caso.

BRASIL DOMINA

A seleção brasileira sub-21 de vôlei atropelou a Argentina nas quartas de final do Mundial, disputado em Surabaya, na Indonésia. Com grande atuação coletiva, o time venceu por 3 sets a 0, com parciais de 25/19, 25/18 e 25/14, mostrando força no bloqueio e consistência na recepção. As ponteiros Aline e Luana foram decisivas nas definições de jogadas, enquanto o sistema defensivo impediu qualquer reação rival. A vitória coloca o Brasil na semifinal contra a Itália, adversário de peso na luta por um lugar na decisão.



UFC BRANCO

Dana White anunciou que o UFC terá um evento histórico na Casa Branca, marcado para 4 de julho de 2026, data que celebrará os 250 anos da independência dos Estados Unidos. A edição especial será realizada nos jardins da residência presidencial, algo inédito na história da organização. Segundo o presidente do UFC, a proposta é criar um espetáculo único para marcar a ocasião, com transmissão ao vivo para o mundo inteiro. Os nomes do card principal ainda não foram revelados, mas a expectativa é de confrontos de alto nível e presença das maiores estrelas do esporte.

PORTUGAL APOSTA

O primeiro-ministro de Portugal, Luís Montenegro, confirmou o interesse em trazer de volta o Grande Prêmio de Fórmula 1 ao circuito de Portimão a partir de 2027. O autódromo já recebeu a categoria em 2020 e 2021, de forma emergencial, e agora pode retornar de maneira fixa ao calendário. Segundo o chefe de governo, o investimento seria compensado pelo retorno turístico e econômico, já que o evento atrai público internacional e fortalece a imagem do país. A ideia conta com apoio local e busca garantir espaço na concorrida agenda de provas da F1.

VAR AJUSTADO

A Comissão de Arbitragem da Espanha decidiu alterar os critérios de utilização do VAR, que passará a ser empregado apenas para corrigir erros claros e objetivos durante as partidas. A medida busca reduzir as interrupções no jogo e devolver mais protagonismo às decisões tomadas em campo pelos árbitros. Segundo a entidade, a mudança pretende preservar o ritmo e a emoção do futebol, evitando revisões excessivas em lances interpretativos. A decisão passa a valer para todas as competições nacionais já na próxima temporada.



BRASILEIRÃO 2024



Atacante do Cruzeiro marcou cinco gols e deu duas assistências em apenas cinco partidas no mês

Kaio Jorge é eleito craque do mês de julho pelo segunda vez na temporada

Artilheiro do Campeonato Brasileiro, com 13 gols, Kaio Jorge foi eleito novamente o melhor jogador do mês. O atacante do Cruzeiro conquistou o prêmio referente a julho, em votação organizada pela Betano, patrocinadora oficial da competição,

com participação de jornalistas de todo o país. Ele já havia levado o troféu em maio. No período, o camisa 9 brilhou com cinco gols: três na goleada por 4 a 1 sobre o Grêmio, um na vitória sobre o Fluminense, no Maracanã, e outro na derrota para o Ceará, no Mineirão. Além disso, serviu dois companheiros na vitória por 4 a 0 sobre o Juventude.

O calendário apertado não tirou o fôlego do artilheiro. Julho teve apenas cinco rodadas, devido à pausa para o Mundial de Clubes da Fifa, mas Kaio manteve alto rendimento e foi decisivo em praticamente todos os jogos. Fora de campo, o atacante fechou contrato com a Nike, sua primeira parceria com fornecedora de material esportivo.

Nas redes sociais, celebrou a novidade como “um sonho de criança realizado” e projetou novas conquistas com a marca. A Nike, por sua vez, presenteou o jogador com uma ferradura personalizada, referência ao fato de Kaio ser criador de cavalos e dono de um haras em Pernambuco.